



ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA DE ROÇA

R. José Rodrigues Coura, 53, Centro • CGC.08.742.439/0001-00 • Tel. (83)3387-1066 • E-mail: prefeitura@lagoaderoça.pb.gov.br • Site: www.lagoaderoça.pb.gov.br

PROCURADORIA GERAL



Processo Administrativo nº 00024/2023

Assunto: **ELABORAÇÃO DE PROJETOS A SEREM EXECUTADOS NO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA DE ROÇA - PB, CONTEMPLANDO: PROJETO BÁSICO (ARQUITETÔNICO E ESTRUTURAL) E EXECUTIVOS, ASSIM COMO O ENCAMINHAMENTO, ACOMPANHAMENTO, SANEAMENTO DE EVENTUAIS PENDÊNCIAS INERENTES AOS PROJETOS E APROVAÇÃO DOS MESMOS JUNTO AOS ORGÃOS RESPONSÁVEIS DA PARAÍBA: SUDEMA, AESA, DNIT-PB, DER, CAIXA, CAGEPA E DEMAIS ÓRGÃOS ESTADUAIS E FEDERAIS. ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DE EMPREENDIMENTO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL.**

Modalidade: **LICITAÇÃO - DISPENSA Nº 00006/2023**

PARECER

I - DO RELATÓRIO

A Comissão Permanente de Licitação determinou o encaminhamento do procedimento de Dispensa de Licitação Nº DV00006/2023, Processo Administrativo Nº 00024/2023, tendo por objeto a **ELABORAÇÃO DE PROJETOS A SEREM EXECUTADOS NO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA DE ROÇA - PB, CONTEMPLANDO: PROJETO BÁSICO (ARQUITETÔNICO E ESTRUTURAL) E EXECUTIVOS, ASSIM COMO O ENCAMINHAMENTO, ACOMPANHAMENTO, SANEAMENTO DE EVENTUAIS PENDÊNCIAS INERENTES AOS PROJETOS E APROVAÇÃO DOS MESMOS JUNTO AOS ORGÃOS RESPONSÁVEIS DA PARAÍBA: SUDEMA, AESA, DNIT-PB, DER, CAIXA, CAGEPA E DEMAIS ÓRGÃOS ESTADUAIS E FEDERAIS. ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DE EMPREENDIMENTO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL**, para fins de parecer.

Após decisão da autoridade administrativa de realizar a licitação para a futura contratação de empresas, demonstrando, por meio de justificativa, a sua necessidade desse tipo de contratação, foram elaboradas, os seguintes documentos: a minuta do Edital e do contrato.

Cumprindo observar que o processo iniciou regularmente com memorando descrevendo a necessidade do objeto da prestação de serviços gráficos, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde de São Sebastião de Lagoa de Roça, para tanto, foi encaminhado termo de referência com as especificações do objeto, pesquisas de mercado e requerimento para instauração do processo licitatório.



ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA DE ROÇA

R. José Rodrigues Coura, 53, Centro • CGC.06.742.439/0001-00 • Tel. (83)3387-1066 • E-mail: prefeitura@lagoaderoca.pb.gov.br • Site: www.lagoaderoca.pb.gov.br

PROCURADORIA GERAL



Posteriormente, os autos foram encaminhados, pela presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL, para análise jurídica, conforme dispõe o Parágrafo Único do Art. 38, da Lei nº. 8.666/93, que determina a necessidade de prévia análise da Assessoria Jurídica das minutas de editais, contratos, convênios ou instrumentos similares.

Eis, o que tínhamos a relatar.

II - DO MÉRITO

Nos termos da Consulta, o fulcro da mesma reside na possibilidade de utilização da dispensa de licitação para a contratação do objeto ora mencionado.

É sabido que no Direito Brasileiro, a licitação é a regra, sendo obrigatória sua adoção, pela Administração Pública, ressalvados os casos de dispensa e de inexigibilidade de licitação, estabelecidos na legislação ordinária.

Não se pode confundir dispensa de licitação com inexigibilidade de licitação; no primeiro caso, o objeto é licitável, apenas permitindo-se que a Administração, em determinados casos, dispense o procedimento licitatório; no segundo, o objeto não é licitável, tendo em vista a ocorrência de casos em que existe inviabilidade material ou jurídica de competição, o que torna a licitação impossível.

A exigência para o procedimento licitatório está insculpida no artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal e regulamentada pela Lei nº 8.666/93.

Contudo, o Artigo 24, inciso I, da Lei 8.666/93 assevera o seguinte:

“Art. 24. É dispensável a licitação:

[...]

I - para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente;



ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA DE ROÇA

R. José Rodrigues Coura, 53, Centro • CGC.08.742.439/0001-00 • Tel. (83)3387-1066 • E-mail: prefeitura@lagoaderoca.pb.gov.br • Site: www.lagoaderoca.pb.gov.br

PROCURADORIA GERAL



II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;"

Por sua vez, o Artigo 23, inciso I, letra "a", assim dispõe:

"Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

I - para obras e serviços de engenharia:

Convite - até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);

Tomada de preços - até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais);

Concorrência: acima de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais);

II - para compras e serviços não referidos no inciso anterior

a) convite - até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais

b) tomada de preços - até R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais

c) concorrência - acima de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais)."

Se faz mister informar, que os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, foram atualizados através do Decreto Federal 9.412, de 18 de junho de 2018, nos seguintes termos:

Art. 1º Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:

I - para obras e serviços de engenharia:

a) na modalidade convite - até R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais);



ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA DE ROÇA

R. José Rodrigues Coura, 53, Centro • CGC.08.742.439/0001-00 • Tel. (83)3387-1066 • E-mail: prefeitura@lagoaderoca.pb.gov.br • Site: www.lagoaderoca.pb.gov.br

PROCURADORIA GERAL



b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e

c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e

II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:

a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);

b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais); e

c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais).

Portanto, insta salientar que para contratação de serviços que sejam de engenharia, nos termos da Lei, até o valor de R\$ 33.000,00 (trinta mil reais), é dispensável a necessidade de licitar.

Conforme se verifica no presente processo de dispensa de licitação, o valor a ser contratado é R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), para execução dos serviços objeto da contratação, o que se depreende da proposta apresentada pela empresa interessada.

Ressaltam a doutrina e a jurisprudência que a dispensa de licitação deve ser excepcional, pois a regra é que toda a contratação da Administração Pública deve ser precedida de licitação, para preservar o princípio da supremacia do interesse público. Portanto, o critério de limite de preço só foi adotado pelo legislador para, em caso de compras ou serviços de pequeno valor, pudesse o poder público contratar pela modalidade mais célere de licitação ou, excepcionalmente, dispensar a licitação, já que existem hipóteses em que a licitação formal seria impossível ou frustraria a própria consecução dos interesses públicos. O procedimento licitatório normal conduziria ao sacrifício do interesse público e não asseguraria a contratação mais vantajosa.

Ausência de licitação, não equivale à contratação informal, realizada com quem a administração bem entender, sem cautelas nem documentação.



ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA DE ROÇA

R. José Rodrigues Coura, 53, Centro • CGC.08.742.439/0001-00 • Tel. (83)3387-1066 • E-mail: prefeitura@lagoaderoça.pb.gov.br • Site: www.lagoaderoça.pb.gov.br

PROCURADORIA GERAL



A contratação direta não significa inaplicação dos princípios básicos que orientam a administração pública, ou seja, não caracteriza poder discricionário puro ou livre atuação administrativa. Permanece o dever de realizar a melhor contratação possível, dando tratamento igualitário a todos os possíveis contratantes.

Por isso, num primeiro momento, a Administração verificará a existência de uma necessidade a ser atendida. Deverá diagnosticar o meio mais adequado para atender ao reclamo. Definirá um objeto a ser contratado, inclusive adotando providências acerca da elaboração de orçamentos, apuração da competitividade entre a contratação e as previsões orçamentárias.

Ao que vejo, pelos documentos que instruem o presente processo, todas essas providências foram tomadas.

Por outro lado, verifico que se trata de prestação de serviços **ELABORAÇÃO DE PROJETOS A SEREM EXECUTADOS NO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA DE ROÇA - PB, CONTEMPLANDO: PROJETO BÁSICO (ARQUITETÔNICO E ESTRUTURAL) E EXECUTIVOS, ASSIM COMO O ENCAMINHAMENTO, ACOMPANHAMENTO, SANEAMENTO DE EVENTUAIS PENDÊNCIAS INERENTES AOS PROJETOS E APROVAÇÃO DOS MESMOS JUNTO AOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS DA PARAÍBA: SUDEMA, AESA, DNIT-PB, DER, CAIXA, CAGEPA E DEMAIS ÓRGÃOS ESTADUAIS E FEDERAIS. ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DE EMPREENDIMENTO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL.**

Por fim, uma recomendação, definido o cabimento da contratação direta, a administração deverá pesquisar a melhor solução, tendo em vista os princípios da isonomia e da supremacia e indisponibilidade do interesse público. Logo, deverá buscar a melhor solução, respeitando (na medida do possível) o mais amplo acesso dos interessados à disputa pela contratação.

Conclui-se, portanto, que o presente processo de dispensa de licitação está dentro do que determina a Lei, está em ordem, e a dispensa está dentro dos limites legais.

III - CONCLUSÕES

Em face do exposto, opinamos no sentido de que a contratação dos serviços do objeto em epígrafe, observando a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, em especial o



ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA DE ROÇA

R. José Rodrigues Coura, 53, Centro • CGC.08.742.439/0001-00 • Tel. (83)3387-1066 • E-mail: prefeitura@lagoaderoça.pb.gov.br • Site: www.lagoaderoça.pb.gov.br

PROCURADORIA GERAL



disposto nos artigos 23, inciso II, alínea "a" e 24, incisos II, hipótese em que se enquadra a consulta submetida, configurando assim o interesse, bem como estando o preço menor proposto compatível como praticado no mercado, opinamos pela Dispensa de Licitação, desde que sejam cumpridas todas as normas anteriormente já explicitadas neste parecer para, só assim, estar apto a produzir seus devidos efeitos.

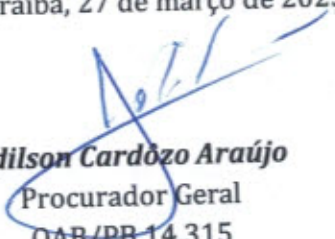
Diante o exposto, entendo que a contratação de LCL SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI, inscrita no CNPJ nº 28.536.867/0001-85, para fornecer os serviços de elaboração de projetos, coo arquiteto urbanista no município, pelo valor global de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), pode ser realizada de forma direta, porque está enquadrada no disposto nos artigos 23, inciso II, alínea "a" e 24, incisos II, uma vez que cumpriu o requisito material e formal para que se contrate de forma direta o presente serviço.

Quanto a minuta do contrato da Dispensa de Licitação nº DV00006/2023, após análise, entendemos que a mesma se encontra apta a produzir seus devidos efeitos.

Por derradeiro, cumpre salientar que esta Assessoria emite parecer sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar a conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito da Administração, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa, além disso, este parecer é de caráter meramente opinativo, não vinculando, portanto, a decisão do Gestor Municipal (TCU, Acórdão nº 2935/2011, Plenário, Rel. Min. WALTON ALENCAR RODRIGUES, DOU de 17/05/2011). Como diz JUSTEN FILHO (2014. p. 689) "o essencial é a regularidade dos atos, não a aprovação da assessoria jurídica", ou seja, o gestor é livre no seu poder de decisão.

É o parecer. S.M.J.

São Sebastião de Lagoa de Roça, Paraíba, 27 de março de 2023.


Adilson Cardozo Araújo
Procurador Geral
OAB/PB 14.315